



**EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 8.035 DE 2010**

(Da Sra. Mara Gabrilli)

Adiciona as Estratégias 4.7 e 4.8 à Meta 4 do Anexo 1 do Projeto de Lei Nº 8.035 de 2010.

Art. 1º Adicione-se as seguintes Estratégias 4.7 e 4.8 à Meta 4 do Anexo 1 do Projeto de Lei Nº 8.035 de 2010.

“Meta 4 .....

4.7 Condicionar a expedição de credencial de funcionamento de novas escolas e instituições de ensino superior ao cumprimento das normas de acessibilidade, mediante atestado próprio. (NR)

4.8 Condicionar no prazo de cinco anos contados da promulgação desta lei, o recebimento de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – ao cumprimento das normas de acessibilidade. (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

Nossas emendas são focadas na educação especial por ser o tema de trabalho desta Deputada. Dessa forma, em primeiro lugar, contextualizaremos a educação especial no Plano Nacional de Educação (PNE) para em seguida tratarmos do mérito de nossas emendas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP

O Plano Nacional de Educação é uma decorrência do §1º, art. 87 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei 9.394 de 1996. Em 2009 foi aprovada a emenda constitucional 59 que inseriu no texto do art. 214 da Constituição Federal a previsão de planos decenais de educação.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:  
[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009\)](#)

Em cumprimento ao disposto na LDB, foi editado o primeiro PNE que perdeu vigência no fim de 2010 (PNE 2001-2010). Naquele PNE adotou-se outra metodologia para o planejamento da educação, através de diagnósticos, diretrizes e metas. Em 2007 o foi promulgado o Plano de Desenvolvimento da Educação, que estabeleceu metodologia distinta daquela do PNE 2001-2010 e em consonância com o PNE sob análise. No final de 2010 foi enviado ao Congresso o novo PNE, que terá vigência de 2011 a 2020.

Importante ressaltar que o PNE é um instrumento jurídico da União, que estabelece um regime de cooperação entre os três entes federados, visto que a própria Constituição criou repartição de competências em seu artigo 211. Dessa forma, faz uso de instrumentos financeiros, especialmente por meio do FUNDEB e FNDE, para orientar condutas dos demais entes.

Este PNE está organizado em 20 metas, sendo que a meta 4 é dedicada à educação especial. A educação especial foi tratada diretamente na Constituição Federal em seu artigo 208, III, que estabeleceu o atendimento educacional especializado preferencialmente no ensino regular.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP

A LDB, por sua vez, disciplinou o dispositivo constitucional em seu Capítulo V do Título V. Tratou de garantir currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades educacionais dos educandos com deficiência. Também estipulou a capacitação de professores para o atendimento especializado e, ainda mais importante, capacitação dos professores do ensino regular para a integração dos educandos com deficiência nas classes comuns. Por fim, articulou a educação especial com o trabalho, por meio da oferta de ensino profissionalizante especializado.

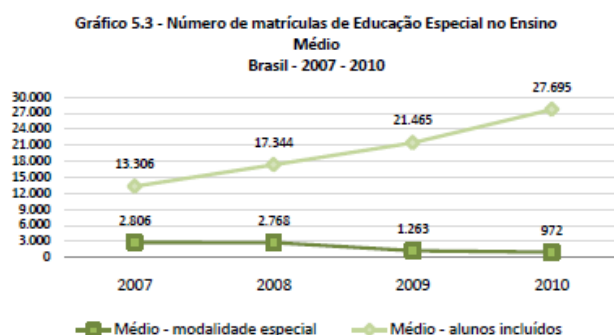
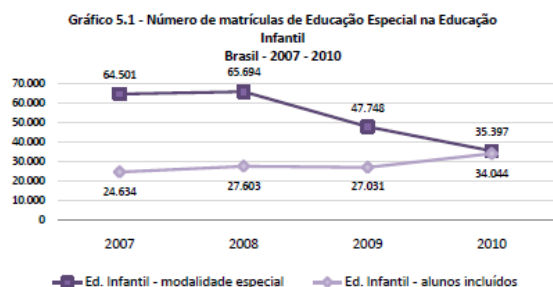
Apesar de tanto a LDB, o PNE 2001-2010 e este PNE reservarem parte específica à educação especial, entendemos ser necessária uma mudança paradigmática na forma como encaramos a educação especial. Ora, se a própria Constituição Federal estabeleceu a integração dos alunos com deficiência no ensino regular, é necessário tratá-la de forma transversal em todos os aspectos do ensino comum, reservando para parte específica somente aquilo que a diferencia.

Apesar de não possuírem meta específica, os índios e quilombolas são contemplados em estratégias espalhadas pelo Plano. Já às pessoas com deficiência é reservada a meta 4 e nada mais. Dessa forma, propomos uma série de emendas que articulam as demais metas à temática das pessoas com deficiência. Assim, objetivamos que o gestor público da área da educação tenha sempre em mente as especificidades das pessoas com deficiência.

Várias de nossas emendas são focadas nas condições de acessibilidade dos estabelecimentos de ensino. Reconhecemos que nos últimos anos houve uma verdadeira revolução na educação especial, trazendo para o bojo do ensino regular, em todas as modalidades, alunos antes matriculados em escolas especializadas. Os gráficos abaixo, extraídos do Censo Escolar de 2010, reforçam este argumento.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP



Apesar desse grande avanço, as escolas têm infra-estrutura física para receber esses alunos. Dados da Avaliação do PNE 2004-2006, mostram que as escolas sequer possuem banheiro adaptado para incluir os educandos com deficiência. Em 2005, por exemplo, somente 4,5% das escolas públicas possuíam dependências e vias adequadas para os alunos com deficiência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP



Nas palavras da Consultora Aparecida Alves, responsável pelo capítulo dedicado à educação especial, o gargalo da inclusão é a infra-estrutura.

“Eis aqui, sem dúvida, a variável que se apresenta em pior situação, ainda que evolutivamente haja alguma melhora no indicador, no período examinado. Ou seja, pode-se afirmar que as escolas públicas de educação básica, no Brasil, praticamente ainda não dispõem de infra-estrutura apropriada para acolher o estudante portador de deficiência, tão pequeno é o percentual das que já se aparelharam para isso. Ora, se este é um aspecto essencial – afinal, a política pública mais importante da área, há 10 anos (desde a edição da LDB, em 1996), preconiza a inclusão dos alunos portadores em escolas comuns da rede pública e em classes comuns –, como é que o aluno deficiente, principalmente motor e físico, convencido pelo incentivo do governo, poderá chegar à escola? E caso consiga fazê-lo, como poderá permanecer ali, em condições minimamente dignas, se não há nem sanitários nem estrutura de acessibilidade para recebê-lo? Mais especificamente, é de se perguntar: a que aviltamentos estará sendo submetida, na prática, a parcela dos cerca de 50 mil deficientes múltiplos e físicos, efetivamente matriculados em estabelecimentos da rede pública, portadores de deficiências múltiplas e físicas, cujas escolas não dispõem de infra-estrutura mínima de acolhimento<sup>1</sup>?”

<sup>1</sup> P. 168.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP

Infelizmente, o censo escolar de 2010 não mostra grandes avanços em relação aos dados coletados em 2005 pelos Consultores da Câmara. Hoje, só 12,2% das escolas dos anos iniciais possuem dependências e vias adequadas para a receber os alunos com deficiência. Importante ressaltar que os anos iniciais de estudo são de fundamental importância para o posterior desenvolvimento da capacidade cognitiva dos alunos com deficiência intelectual, daí a importância de estruturas adequadas para recebê-los. Já nos anos do ensino médio, o percentual de escolas aptas a recebê-los sobre para 31,1%, mas atende somente 34,1% das matrículas. Enfim, é evidente a falta de acesso aos alunos com deficiência às escolas, públicas ou privadas, em qualquer etapa da educação.

**Tabela 11.1 - Número de Escolas, Matrículas e Percentual de Matrículas e Escolas Atendidas segundo a Infraestrutura das Escolas - Ensino Fundamental Regular  
Brasil - 2010**

Infraestrutura	Ensino Fundamental Regular							
	Anos Iniciais				Anos Finais			
	Escolas	Matrículas	% Escolas Atendidas	% Matrículas Atendidas	Escolas	Matrículas	% Escolas Atendidas	% Matrículas Atendidas
Quadra de Esporte	36.557	8.461.854	26,4	50,5	34.597	10.160.311	55,7	71,3
Biblioteca	42.029	8.385.213	30,4	50,0	36.417	9.198.575	58,7	64,6
Laboratório de Ciências	10.585	2.237.862	7,6	13,4	14.781	4.638.376	23,8	32,6
Laboratório de Informática	44.766	10.127.515	32,3	60,4	41.981	11.831.835	67,6	83,0
Acesso à Internet	53.881	11.999.091	38,9	71,6	43.459	12.236.951	70,0	85,9
Dependências e vias adequadas	16.829	3.947.111	12,2	23,6	14.542	4.208.004	23,4	29,5

Fonte: MEC/Inep/DEED



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP

**Tabela 11.2 - Número de Escolas, Matrículas e Percentual de Matrículas e Escolas Atendidas segundo a Infraestrutura das Escolas - Ensino Médio Regular Brasil 2010**

Infraestrutura	Ensino Médio Regular			
	Escolas	Matrículas	% Escolas Atendidas	% Matrículas Atendidas
Quadra de Esporte	19.618	6.677.681	75,7	79,9
Biblioteca	19.175	6.121.164	74,0	73,2
Laboratório de Ciências	12.785	4.726.535	49,3	56,6
Laboratório de Informática	23.153	7.810.299	89,3	93,5
Acesso à Internet	24.452	7.926.871	94,3	94,8
Dependências e vias adequadas	8.067	2.851.427	31,1	34,1

Fonte: MEC/Inep/DEED

Dessa forma, pretendemos atacar esse gargalo por meio das estratégias 4.7 e 4.8 através de instrumentos financeiros do FUNDEB e FNDE e por meio de requisito de acessibilidade para habilitação de funcionamento da instituição de ensino.

A previsão de que só seriam credenciadas novas escolas já existia no PNE anterior e foi suprimida nessa versão:

Item 8 - Educação Especial

12. Em coerência com as metas nº 2, 3 e 4, da educação infantil e metas nº 4.d, 5 e 6, do ensino fundamental:

a) estabelecer, no primeiro ano de vigência deste plano, os padrões mínimos de infra-estrutura das escolas para o recebimento dos alunos especiais;\*\*

b) a partir da vigência dos novos padrões, somente autorizar a construção de prédios escolares, públicos ou privados, em conformidade aos já definidos requisitos de infra-estrutura para atendimento dos alunos especiais;

c) adaptar, em cinco anos, os prédios escolares existentes, segundo aqueles padrões



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP

Consideramos importante o retorno dessa redação para que as novas escolas, que já deveriam ser construídas adaptadas, sejam acessíveis.

Quanto as escolas já existentes, o MEC por meio do Programa Dinheiro na Escola prevê o repasse de recursos extras para aquelas instituições que tenham alunos da educação especial matriculados. Tais recursos são de custeio e de capital, sendo que os últimos devem ser investidos em obras de acessibilidade. Entendemos que essa política deve continuar e ganhar o reforço em lei. Ademais, entendemos que todas as escolas devem ser acessíveis, sendo a acessibilidade condição *sine qua non* para recebimento de recursos públicos.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente propositura.

Sala das Sessões, em                      de Maio de 2011.

**MARA GABRILLI**

Dep. Federal – PSDB/SP